

JUNHO DE 2025

- Conflito entre Irã e Israel eleva volatilidade dos mercados em junho;
- Aprovação do pacote fiscal nos EUA aumenta temores com trajetória fiscal;
- Fed manteve juros inalterado e reduziu a possibilidade de 2 cortes em 2025;
- Copom subiu a taxa de juros para 15,00%, patamar que deve ser mantido até final do 1T26.

O mês de junho foi marcado por um novo aumento das incertezas geopolíticas, com destaque para o conflito entre Israel e Irã, conhecido como a Guerra dos 12 dias. Forças israelenses atacaram o Irã após a inteligência identificar avanço no programa nuclear iraniano. Na sequência, uma operação militar norte-americana contra o Irã foi deflagrada e, após supostamente atingir as bases de enriquecimento de urânio iranianas o conflito terminou com um acordo de cessar-fogo.

No cenário global, o mês ainda registrou a manutenção da dinâmica de enfraquecimento global do dólar, com novo recuo do Índice Dólar (DXY). Esse movimento continua refletindo as incertezas em torno da política comercial de Donald Trump, além das preocupações com a trajetória fiscal nos EUA, sobretudo após a aprovação do pacote fiscal conhecido como "*Big Beautiful Bill*". A medida impõe um corte de impostos de aproximadamente US\$ 4,5 trilhões, combinado com ajustes orçamentários e alterações em programas sociais. Especialistas estimam que haverá um forte aumento no déficit fiscal dos EUA, o que deve intensificar ainda mais a trajetória de crescimento da dívida pública.

Em relação à economia, a divulgação final do PIB do 1T25 dos EUA registrou revisão relevante, com o desempenho saindo de queda de 0,2% para recuo de 0,5% do PIB. Movimento refletiu revisões baixistas no consumo das famílias, nas exportações e importações. No entanto, as importações permaneceram em patamar elevado, reforçando o ambiente de incerteza no

comércio internacional com forte antecipação das importações pelos norte-americanos. Para o segundo trimestre, a projeção mais recente do *GDPNow* do Fed de Atlanta aponta alta de 2,6% na variação trimestral anualizada, sugerindo retomada da atividade.

No que tange o mercado de trabalho, o último relatório do *payroll* indicou criação de vagas acima do esperado, com queda na taxa de desemprego para 4,1%. Em uma análise mais detalhada, observa-se que a criação de postos foi puxada por empregos públicos, com mercado privado registrando desempenho mais fraco. No entanto, avaliação predominante é de que o mercado de trabalho segue resiliente.

Em relação à política monetária, o FOMC manteve a taxa de juros inalterada no intervalo entre 4,25% e 4,50% na reunião de junho. Adicionalmente, o sumário de projeções reduziu a possibilidade de dois cortes em 2025, embora as expectativas ainda apontem para esse cenário. Esse movimento ocorre em função das incertezas em torno da política comercial e da trajetória fiscal, além da manutenção de um mercado de trabalho sólido com inflação acima da meta de 2,0%, panorama que deve manter os juros inalterados pelo menos até setembro.

Na nossa avaliação, as perspectivas para a Zona do Euro permaneceram inalteradas. A combinação de baixo crescimento da atividade aliado a inflação em torno da meta deve permitir que o BCE mantenha sua

política de afrouxamento monetário, apesar da expectativa de desaceleração no ritmo de cortes de juros. Em caso de aumento na probabilidade de recessão da atividade na Europa, não se descarta a adoção de uma política monetária expansionista.

Mantemos visão de que a meta de crescimento de 5% do PIB da China não deve ser atingida neste ano. Esperamos que os estímulos fiscais e monetários adotados até aqui não sejam suficientes diante da guerra comercial com os EUA. Logo, acreditamos em uma desaceleração da economia, atingindo crescimento de cerca de 4,5% em 2025.

No Brasil, os indicadores mensais de atividade apresentaram desempenho misto em junho. A produção industrial e o setor de serviços avançaram 0,1% e 0,2%, respectivamente, na comparação, enquanto as vendas no varejo registram queda de 0,4% no conceito restrito e recuo de 1,9% na leitura ampliada. Destaca-se o mercado de trabalho, que apesar da leitura abaixo do esperado na criação de vagas pelo Caged, registrou nova queda na taxa de desemprego, atingindo 6,2% e mantendo-se em patamar recorde para o histórico do país. Por ora, mantemos projeção de crescimento de 2,2% do PIB para 2025, mas reforçamos o viés de alta para essa expectativa em função do forte desempenho do mercado de trabalho. Para 2026, o nosso cenário aponta para avanço de 1,5%.

A inflação continua surpreendendo positivamente no curto prazo, influenciada, principalmente, por um melhor desempenho nos preços de alimentos, que seguem refletindo uma deflação relevante nos índices IGP. Adicionalmente, a taxa de câmbio registrou apreciação de cerca de 4,2% em junho, influenciado pela fraqueza global do dólar, fator que vem, até o momento, se sobrepondo em relação ao cenário doméstico, especialmente o panorama fiscal.

Reduzimos nossa projeção de IPCA para 2025 de 5,4% para 5,2%, em função da dinâmica dos IPAs aliado à manutenção da bandeira tarifária. Para 2026, esperamos alta de 4,6% no IPCA mantendo perspectiva de inflação fora do limite superior de tolerância

da meta até o final do ano que vem. Essa expectativa reflete a persistência de expectativas de inflação desancoradas, o que impacta a inflação corrente, além da continuidade do mercado de trabalho aquecido e das incertezas em relação ao cenário eleitoral, este último com possibilidade de influenciar negativamente a taxa de câmbio.

Em relação a política monetária, o Copom aumentou a taxa de juros em 0,25 p.p na última reunião em junho para 15,00%, movimento esperado por nós e parte do mercado. No que tange os próximos passos, o Comitê indicou uma pausa no ciclo de alta, justificando a necessidade de se avaliar os impactos acumulados do ajuste já realizado. Na nossa leitura, o BC deve manter a taxa de juros inalterada durante período prolongado. Mantemos expectativa de que o início do ciclo de cortes deve ocorrer somente entre o final do 1T26 e início do 2T26.

O cenário fiscal seguiu como centro de preocupações para o mercado. O Congresso aprovou um projeto de decreto legislativo (PDL) que revogou o aumento do IOF promovido pelo Governo Federal, evidenciando a ampla rejeição dos parlamentares a novas elevações de tributos. A medida deflagrou uma crise entre os poderes Executivo e Legislativo. O Governo Federal ingressou com ação no STF questionando a competência do Congresso para sustar o decreto que aumentou o IOF. O STF, por sua vez, suspendeu todos os decretos relativos ao IOF, tanto os editados pelo Governo quanto o PDL do Congresso e marcou uma audiência de conciliação sobre o tema.

Além de intensificar a má relação entre os poderes, o imbróglio ainda mantém a necessidade do Governo Federal ajustar o orçamento para o cumprimento da meta fiscal tanto em 2025 quanto em 2026. Adicionalmente, a situação parece ter antecipado o período eleitoral do ano que vem, com o Executivo ensaiando bandeiras de campanha na busca pela reeleição.

MERCADO

Renda Fixa/Multimercados

O Federal Reserve manteve uma postura de espera e cautela ao longo de junho, com o presidente Jerome Powell reiterando a necessidade de reunir mais informações antes de qualquer ajuste nas taxas de juros. Essa abordagem, na prática, afastou a possibilidade de cortes de juros antes de setembro. Apesar de dados de inflação como o CPI e o PPI de maio e o PCE de maio terem mostrado um efeito ainda limitado das tarifas comerciais sobre a economia americana, o FOMC de junho manteve os juros inalterados. As projeções do Fed foram atualizadas para incorporar os efeitos da guerra tarifária, resultando em revisões para cima na inflação e no desemprego, e para baixo no crescimento. No Brasil, a atividade econômica com dados como o Caged e a Pnad de abril, e o PIB do 1º trimestre de 2025, continuou desafiando a narrativa de arrefecimento, gerando incerteza sobre a convergência da inflação à meta. Apesar de um IPCA de maio com composição mais favorável e dados de comércio e serviços de abril indicando perda de ímpeto, a reunião do Copom surpreendeu o mercado ao elevar a taxa Selic em 25 pontos-base, para 15% ao ano. A comunicação do Copom foi considerada "dura", sinalizando uma

interrupção do ciclo para avaliar os efeitos do aperto realizado, mas enfatizando que os juros permaneceriam restritivos por um período "bastante prolongado". A ata do Copom e o relatório de Política Monetária reiteraram a necessidade de juros restritivos e projetaram a convergência da inflação para além do 4T27. Embora o IPCA-15 de junho tenha vindo mais baixo que o esperado, a Pnad de maio indicou desemprego abaixo das expectativas, sugerindo uma demanda aquecida que pode dificultar a desinflação. A curva de juros local ajustou-se, projetando a Selic entre 14,75% e 15% ao ano até o final de 2025. A questão fiscal brasileira permanece um ponto sensível. A dificuldade do Executivo em encontrar alternativas para compensar os cerca de R\$ 18 bilhões da revogação do IOF foi destacada. A lentidão nas reformas estruturantes para o Orçamento levou a Moody's a rebaixar a perspectiva do Brasil de "positiva" para "estável". As propostas da Fazenda para substituir o IOF foram rejeitadas pela Câmara, que as viu como aumento de carga tributária. No período, o real se apreciou em 4,93% e os índices IMA-B, IRF-M e CDI apresentaram retornos de 1,3%, 1,78% e 1,1%, respectivamente, durante o mês.

Inflação

Mantivemos nossa exposição levemente elevada em relação à do *benchmark* por conta da diferença de performance entre os títulos longos e os títulos médios e curtos pertencentes ao IMA-B, sendo assim aumentamos a alocação aos títulos longos. Seguimos com estratégias no *book* para

capturar algumas assimetrias existentes na curva de juros, bem como posições táticas nos juros nominais, via mercado de opção e inclinação nos juros futuros. Desta forma, mantemos a *duration* do portfólio acima do nível do *benchmark*.

Crédito

Em junho, o mercado de crédito corporativo mostrou-se resiliente, registrando compressão de *spreads* dos *ratings* AAA a AA, mesmo em meio à elevada volatilidade e à política monetária contracionista. Ainda assim, alguns emissores nessas faixas de *rating* viram suas taxas abrirem de forma relevante ao longo do mês, sinalizando que

as tensões na precificação de risco permanecem.

No primário, a oferta seguiu aquecida, com destaque para setores de infraestrutura, especialmente mineração e petróleo e gás. Esses instrumentos têm se mostrado atrativos no segmento de varejo que aproveita os incentivos tributários.

Transporte e logística também figuraram entre os setores mais ativos em junho. Embora o volume captado tenha avançado em relação aos meses anteriores, ainda não alcançamos os patamares de 2024. Mantemos a expectativa de uma retomada gradual nos próximos meses, à medida que a indústria normaliza seu ritmo de captação. Já no mercado secundário, a liquidez mostrou sinais de deterioração, resultado da menor atividade nas últimas semanas e do enfraquecimento parcial dos fluxos destinados aos fundos de crédito. A oferta ainda restrita de papéis *high grade* com *spreads* mais competitivos tem elevado a competição entre os investidores em relação ao estoque. Entre os vetores positivos e negativos tivemos uma pressão contracionista sobre taxas dos ativos, contribuindo para a fechamento marginal dos *yields* no mês.

Neste cenário, a geração de retorno tem sido cada vez mais sustentada pelo carregamento das carteiras, com a compressão dos *spreads* contribuindo de forma marginal. Isso reforça a importância de uma gestão ativa e criteriosa, com foco em emissores de alta

Bolsa

Em junho de 2025, apesar de certa instabilidade, o Ibovespa encerrou o mês em território positivo, com alta de 1,33%. No acumulado do primeiro semestre, o índice registrou valorização expressiva de 15,44%. O cenário internacional apresentou volatilidade, marcada por desafios nas discussões tarifárias e tensões geopolíticas no Oriente Médio. Contudo, a redução das disputas comerciais e o cessar-fogo entre Israel e Irã contribuíram para acalmar os mercados ao longo do período. No âmbito doméstico, o Banco Central elevou a taxa Selic para 15%, sinalizando o fim do ciclo de aperto monetário. Apesar das persistentes questões fiscais, a expectativa de cortes futuros nos juros aliada ao otimismo crescente com as eleições de 2026 impulsionou o desempenho positivo do Ibovespa. Assim como nos meses anteriores, o setor de cíclicos normalmente beneficiado pela perspectiva de queda nas taxas de juros

qualidade e estruturas que ofereçam resiliência. Continuamos priorizando uma abordagem seletiva, cientes das assimetrias ainda presentes no ciclo econômico e da persistente volatilidade nos indicadores macroeconômicos.

Mantemos, portanto, uma visão construtiva para o crédito privado. O atual nível de carregamento proporciona uma base sólida de rentabilidade e segue oferecendo uma alternativa atrativa de diversificação e previsibilidade de retorno. Seguiremos atentos à evolução do cenário macro e buscando capturar oportunidades de geração de *alpha* por meio de uma alocação diligente de risco.

As carteiras de crédito da MAG se beneficiaram principalmente do carregamento, o que favoreceu a rentabilidade apesar do desempenho menor da dinâmica dos *spreads* ao longo do mês. Os portfólios, compostos por títulos bancários, corporativos e ativos estruturados, apresentaram um desempenho positivo, reforçando a solidez da estratégia adotada.

foi o grande destaque. Por outro lado, o setor de petróleo, que vinha enfrentando dificuldades, apresentou recuperação favorecida pela alta nos preços do petróleo no mercado internacional, impulsionada pelas tensões no Oriente Médio. O fundo MAG Brasil teve um desempenho de +1,56% no mês de junho. O desempenho acima do índice foi explicado principalmente por um bom resultado relativo nos setores de Agro, O&G e M&M. Dentre as empresas, podemos destacar SUZB3, PETR4 e INTB3. O fundo MAG Selection teve um desempenho positivo de +2,13% em junho, superando o índice. Essa performance superior foi impulsionada por contribuições positivas no setor de Defensivos (com ênfase em INTB3 e PNVL3) e Agro (com destaque para SUZB3) e o fundo MAG TOTAL RETURN teve um desempenho positivo no mês de junho de +3,47% versus seu *benchmark* IMA-B5 que subiu +0,45%, e acima do Ibovespa no período.

Indicadores Macroeconômicos

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Crescimento do PIB	-3,3%	1,3%	1,8%	1,2%	-3,3%	4,8%	3,0%	2,9%	3,4%	2,2%	1,5%
Taxa de Desemprego*	11,7%	12,6%	12,2%	11,8%	13,8%	14,0%	9,6%	7,8%	6,6%	7,0%	7,3%
IPCA	6,3%	3,0%	3,8%	4,3%	4,5%	10,1%	5,8%	4,6%	4,8%	5,2%	4,6%
IGP-M	7,2%	-0,5%	7,5%	7,3%	23,1%	17,8%	5,5%	-3,2%	6,5%	2,0%	5,0%
Taxa de Câmbio** - R\$/US\$	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,58	5,22	4,84	6,19	5,50	5,70
Selic	13,75%	7,00%	6,50%	4,50%	2,00%	9,25%	13,75%	11,75%	12,25%	15,00%	13,50%

*média anual / **fim de período

Projeções em vermelho

Performance dos Fundos

Renda Fixa	jun-25	Ano	12 Meses	24 Meses	36 Meses	Desde o Início	PL Atual ¹	Data de Início ³
							PL Médio 12M ¹	
MAG FI Renda Fixa	1,11%	6,70%	12,22%	25,74%	42,10%	290,91%	658.452	01/09/2010
% CDI	101,71%	104,49%	100,78%	101,99%	99,79%	101,92%	721.109	
MAG FI RF Ref DI Premium Crédito Privado	1,12%	6,46%	12,38%	26,25%	43,29%	51,43%	1.247.432	29/12/2021
% CDI	101,87%	100,83%	102,09%	104,01%	102,59%	102,89%	1.171.475	
MAG Cash 10 FI RF Crédito Privado	1,14%	6,70%	12,85%	26,80%		41,33%	578.996	01/09/2022
% CDI	103,62%	104,61%	105,97%	106,22%		105,87%	308.543	
MAG High Grade RF Crédito Privado LP	1,14%	6,73%	12,55%	26,66%		30,54%	604.967	18/04/2023
% CDI	104,20%	104,95%	103,52%	105,66%		107,33%	548.759	
MAG Inflação REF IMA-B FI RF LP	1,32%	8,37%	6,40%	8,80%	23,17%	261,55%	86.766	23/12/2011
Dif. IMA-B	0,02%	-0,43%	-0,92%	-1,81%	-2,40%	-23,41%	119.531	
MAG Cash FI RF LP	1,10%	6,49%	12,40%	26,20%	43,56%	178,43%	2.345.231	01/10/2014
% CDI	99,97%	101,24%	102,30%	103,82%	103,23%	108,56%	2.060.853	
MAG FI Renda Fixa Ativo LP	1,15%	6,46%	12,15%	24,92%		32,89%	64.050	29/12/2022
% CDI	104,53%	100,84%	100,22%	98,74%		98,35%	74.655	
MAG High Grade Plus 30 FI RF CP LP	1,19%	6,95%	12,83%	25,65%		27,36%	151.203	22/05/2023
% CDI	108,22%	108,42%	105,82%	101,66%		101,72%	96.995	
Multimercados	jun-25	Ano	12 Meses	24 Meses	36 Meses	Desde o Início	PL Atual ¹	Data de Início
							PL Médio 12M ¹	
MAG Strategy FIM	0,74%	5,71%	9,34%	20,49%	35,07%	47,92%	101.885	03/05/2021
% CDI	67,43%	89,14%	77,02%	81,19%	83,12%	86,54%	99.666	
MAG Macro FIC FIM	0,87%	5,64%	10,52%	20,40%	34,29%	82,06%	1.671	06/07/2017
% CDI	79,34%	87,99%	86,77%	80,85%	81,27%	92,81%	28.320	
Renda Variável	jun-25	Ano	12 Meses	24 Meses	36 Meses	Desde o Início	PL Atual ¹	Data de Início
							PL Médio 12M ¹	
MAG Selection FIA	2,13%	20,60%	14,00%	13,32%	34,47%	15,00%	38.431	18/08/2021
Ibovespa	1,33%	15,44%	12,06%	17,59%	40,91%	19,04%	43.659	
MAG Brasil FIA	1,56%	15,02%	11,09%				241.257	16/12/2011
Ibovespa	1,33%	15,44%	12,06%			147,53%	272.903	
MAG Total Return FIF FIM RL	3,47%	16,08%	14,86%			13,45%	33.564	15/03/2024
IMA-BS	0,45%	6,04%	8,96%			10,76%	29.760	
Investimento no Exterior	jun-25	Ano	12 Meses	24 Meses	36 Meses	Desde o Início	PL Atual ¹	Data de Início
							PL Médio 12M ^{1 2}	
MAG Global Bonds FIC FIM IE	2,26%	8,64%	18,31%	37,34%	41,22%	25,38%	59.532	23/12/2021
CDI	1,10%	6,41%	12,13%	25,24%	97,68%	50,19%	43.038	
MAG Global Equity FIC FIM IE	-0,78%	-9,65%	0,18%	27,17%	18,30%	-11,15%	58.122	14/10/2020
MSCI World	-0,38%	-4,30%	12,56%	53,68%	64,75%	60,85%	67.378	
MAG Global Equity BRL FIC FIM IE	0,56%	-6,47%	-2,01%	15,26%		28,76%	8.102	04/11/2022
MSCI World	-0,38%	-4,30%	12,56%			74,02%	8.284	
MAG Income Equities BRL FIC FIA IE	1,93%	9,33%	12,36%			35,50%	2.761	29/09/2023
MSCI World	-0,38%	-4,30%	12,56%			53,79%	2.547	
MAG Global Diversified Income BRL FIC FIM IE	0,98%	5,27%	8,66%			25,54%	2.504	29/09/2023
CDI	1,10%	6,41%	12,13%			21,33%	2.408	
CDI	1,10%	6,41%	12,13%	25,24%	42,20%			
IMA-B	1,30%	8,80%	7,32%	10,61%	25,57%			
IPCA + 5,00%	0,19%	2,94%	5,30%	9,75%	13,22%			
Dólar (PTAX)	-4,41%	-11,87%	-1,83%	13,24%	4,18%			
Ibovespa	1,33%	15,44%	12,06%	17,59%	40,91%			
IBrX-100	1,37%	15,23%	12,11%	18,37%	39,21%			
MSCI World	-0,38%	-4,30%	12,56%	53,68%	64,75%			

Notas: 1) Unidade: Milhares de Reais.

2) O índice comparativo de rentabilidade utilizado neste material não é parâmetro objetivo do Fundo (benchmark), tal indicador é apresentado meramente como referência econômica. O Fundo não possui benchmark.

3) A gestão dos fundos MAG Cash FI RF LP e MAG Cash 10 FI RF Crédito Privado passaram a ser feitas pela MAG Investimentos a partir de 25/08/2023. A gestão do fundo MAG Brasil FIA passou a ser feita pela MAG Investimentos a partir de 22/03/2024.

Considerações Legais: A Mongeral Aegon Investimentos Ltda e Mongeral Aegon Renda Variável Ltda são responsáveis pela elaboração desse material, mas não se responsabilizam por quaisquer atos e/ou decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por meio de suas publicações e projeções. Todos os dados e/ou opiniões aqui presentes não devem ser tomados, em nenhuma hipótese, como base, balizamento, guia ou norma para qualquer documento, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados e/ou análises desta publicação deverão ser assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo a Mongeral Aegon Investimentos Ltda e Mongeral Aegon Renda Variável Ltda de todas e quaisquer responsabilidades decorrentes do uso deste material.

ADVERTÊNCIA: As informações contidas neste material são de caráter meramente informativo e não constituem qualquer tipo de aconselhamento de investimentos, não devendo ser utilizadas com este propósito. A MAG Investimentos e MAG Renda Variável não se responsabilizam pela publicação acidental de informações incorretas, nem por decisões de investimento tomadas com base neste material. Os dados, valores e taxas, aqui mencionados, referem-se às datas e condições indicadas. A MAG Investimentos e a MAG Renda Variável se reservam o direito de alterá-los a qualquer tempo e sem a necessidade de prévia e expressa comunicação. Leia a Lâmina de informações essenciais e o Regulamento do Fundo antes de investir. Fundos de investimento não contam com a garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou fundo garantidor de crédito – FGC. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos e taxas. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Não há garantia que os fundos que perseguem a manutenção de uma carteira de longo prazo terão tratamento tributário para fundos de longo prazo. Sobre os investimentos em fundos de renda variável incidem uma alíquota de Imposto de Renda de 15% sobre os rendimentos – cuja apuração ocorre apenas no resgate de cotas ou na amortização. Vale ressaltar que, nos fundos de renda variável, não há incidência do imposto come-cotas. Os fundos multimercados e fundos de ações podem estar expostos à significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os respectivos riscos decorrentes. Os fundos de crédito privado estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do fundo. Há fundos que utilizam estratégias com derivativos como parte integrante de suas respectivas políticas de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas. Alguns fundos podem estar sujeitos à variação cambial. Os cotistas do fundo podem estar sujeitos a riscos de investimento no exterior. Adicionalmente, também estão sujeitos a riscos de mercado, de crédito, de liquidez, de perdas patrimoniais e de derivativos, além de outros riscos especificados nos respectivos regulamentos. Há fundos que estão autorizados a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior ou que aplicam em fundos que estão autorizados a realizar tais aplicações. Os índices aqui reportados podem ser mera referência e não parâmetro objetivo dos fundos. Administração BEM: MAG RF FI - Taxa Adm.: 0,30%, Taxa de Performance: Não Possui, Público Alvo: Público em Geral; MAG FIRF REF DI PREMIUM Taxa Adm.: 0,40%, Taxa de Performance: Não Possui, Público Alvo: Público em Geral; MAG HIGH GRADE FIRF LP - Taxa Adm.: 0,45%, Taxa de Performance: Não possui, Público Alvo: Público em Geral; MAG Alocação Dinâmica IMAB FI RF LP - Taxa Adm.: 0,50%, Taxa de Performance: 20% do que exceder 100% do IMA-B, Público Alvo: Público em Geral; MAG Selection FIFA - Taxa Adm.: 2,00%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do Ibovespa, Público Alvo: Público em Geral; MAG BRASIL FIFA - Taxa Adm.: 2,00%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do Ibovespa, Público Alvo: Público em Geral; MAG FIRF ATIVO LP - Taxa Adm.: 0,70%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do CDI, Público Alvo: Público em Geral; MAG Strategy FIM - Taxa Adm.: 0,70%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do CDI, Público Alvo: Público em Geral; MAG Total Return FIF FIM - Taxa Adm.: 2,00%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do IMA-B5, Público Alvo: Público em Geral; MAG Global Bonds FIC FIM IE - Taxa Adm.: 0,70%, Taxa de Performance: Não possui, Público Alvo: Investidores Qualificados; MAG Global Equity FIC FIM IE - Taxa Adm.: 0,70%, Taxa de Performance: Não possui, Público Alvo: Investidores Qualificados; MAG Global Equity BRL FIC FIM IE - Taxa Adm.: 0,70%, Taxa de Performance: Não possui, Público Alvo: Investidores Qualificados; MAG Global Diversified Income BRL FIC FIM IE - Taxa Adm.: 0,70%, Taxa de Performance: Não possui, Público Alvo: Investidores Qualificados. Administração BTG: MAG CASH FIRF LP - Taxa Adm.: 0,80%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do CDI, Público Alvo: Público em Geral; MAG CASH 10 FIRF CP LP - Taxa Adm.: 0,80%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do CDI, Público Alvo: Público em Geral. Administração BNY Mellon: MAG HIGH GRADE PLUS 30 FIRF CP LP - Taxa Adm.: 0,635%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do CDI, Público Alvo: Público em Geral; MAG TOP FI RF CP LP - Taxa Adm.: 0,65%, Taxa de Performance: Não possui, Público Alvo: Público em Geral; MAG Multiestratégia FIM - Taxa Adm.: 0,30%, Taxa de Performance: 15% sobre o que exceder 100% do CDI, Público Alvo: Público em Geral; MAG Macro FIC FIM - Taxa Adm.: 1,50%, Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do CDI, Público Alvo: Público em Geral.

Administrador:

BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. (CNPJ: 02.201.501/0001-61) Av. República do Chile, 330 – West Tower, 14º Andar, Centro - Rio de Janeiro – RJ CEP 20031-170 telefones: (21) 3219-2500 – Fax (21) 3219-2501. Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC): sac@bnymellon.com.br ou através dos telefones (21) 3219 – 2600 / (11) 3050-8010. Ouvidoria: ouvidoria@bnymellon.com.br ou através do telefone 0800 725 3219.

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (CNPJ: 00.066.670/0001-00) Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco – SP CEP: 06029-900 (11) 3684-5122. Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC): 0800 704 8383. Ouvidoria: 0800 727 9933.

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM (CNPJ 59.281.253/0001-23) Praia de Botafogo, 501, 6º Andar, Botafogo, Rio De Janeiro – RJ CEP: 22250-040 (21)3262-9600 ol-reguladores@btgpactual.com

